Secção clínica:

1 chefe	7.200\$00
2 ajudantes, a 3.600\$	7.200\$00
1 visitadora	6.000\$00

Secção de dietética:

1 chefe	6.000\$00
1 ajudante	3.000\$00

Biblioteca:

1 chefe	7.200\$00
1 ajudante	2.400\$00

Laboratório:

2 médicos, a 30 por cento cada um sobre a receita do laboratório.	
2 preparadoras, a 3.600\$	7.200\$00

Pessoal menor:

3 criadas, a 2.400\$	7.200\$00
1 porteira	1.200\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Março de 1936.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa*.

Decreto n.º 26:385

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Esmolfe, concelho de Penalva do Castelo, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 encarregado da escrituração	50\$00
1 procurador	10\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Março de 1936.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Decreto n.º 26:386

Considerando que pelo decreto n.º 16:643, de 23 de Março de 1929, foi declarado sem efeito o decreto n.º 8:801, de 4 de Maio de 1923, na parte em que determinava a cedência à Junta de Freguesia de Areias, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, do terreno do antigo passal do pároco da referida freguesia;

Considerando que, posteriormente, se verificou que a mencionada Junta cessionária se tinha limitado a dar a aplicação prevista no referido decreto n.º 8:801 apenas a uma parte do edificio da residência paroquial, estando o resto devoluto;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

É declarado sem efeito, de harmonia com o artigo 6.º da lei n.º 420, de 11 de Setembro de 1915, o decreto n.º 8:801, de 4 de Maio de 1923, referente à cedência à Junta de Freguesia de Areias, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, do edificio da residência paroquial da dita freguesia, mas somente quanto às dependências do edificio não applicadas à instalação de serviços de utilidade pública.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Março de 1936.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Rodrigues Júnior*.

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Em virtude do preceituado no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, declara-se, para os devidos efeitos, que S. Ex.ª o Ministro da Justiça autorizou, por seu despacho de hoje, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 3.776\$40 do n.º 1) para o n.º 2) do artigo 311.º, capítulo 7.º, do orçamento do Ministério da Justiça decretado para o corrente ano económico de 1936.

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 27 de Fevereiro de 1936.— O Chefe da Repartição, *Artur Andrew Pais*.